

 FUNDACÃO
GETULIO VARGAS

CONJUNTURA

O Bolso Coletivo

A discussão em torno da fixação do salário mínimo tem batido recordes de audiência este ano. Além das conotações político-eleitorais óbvias, a discussão impressiona pelo caráter emocional. O salário mínimo figura no imaginário da nossa sociedade como o arquétipo da política de combate à pobreza. Esta associação com a pobreza nasce, na verdade, com o mínimo, tal como originalmente proposto por Getúlio Vargas.

Temas emocionais não são exatamente a especialidade de nós economistas. Pedindo desculpas adiantadas aos especialistas: Carl Jung se refere ao inconsciente coletivo como processos de representação independente de arquétipos comuns. O mínimo não só habita o inconsciente coletivo e atormenta a consciência social dos brasileiros, como gera implicações financeiras diretas na vida de milhões de pessoas. Rendimentos e despesas de boa parte de agentes privados e públicos brasileiros são afetados pelo mínimo de maneira indistinta, o que reflete o excesso de usos simultâneos para o piso salarial. A proporção de empregadas domésticas que percebem o mínimo, por exemplo, é comparável à dos funcionários públicos municipais e bem menor do que a dos beneficiários da previdência.

É público e notório que as maiores implicações sociais e financeiras do mínimo se dão pelo lado fiscal. Nesse sentido, não basta provar que o mínimo ajuda a combater a pobreza para justificar a concessão de ganhos reais substanciais ao mesmo. Num contexto de recursos limitados, resta provar que essa aplicação de recursos públicos gera ganhos sociais, presentes e futuros, para os grupos mais necessitados, acima das demais opções de política disponíveis.

Marcelo Neri – Instituto Brasileiro de Economia/FGV